

OPINIÃO PÚBLICA

Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Brasil

Henkel, Karl

Análise da não resposta em surveys políticos

Opinião Pública, vol. 18, núm. 1, junio, 2012, pp. 216-238

Universidade Estadual de Campinas

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32923294011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Análise da não resposta em surveys políticos

Karl Henkel

Faculdade de Ciências Sociais
Universidade Federal do Pará

Resumo: Este artigo analisa a estrutura social dos entrevistados que apontam o item *não resposta* em um survey sobre assuntos políticos. Para isso foi realizado um survey com 2.110 jovens eleitores da rede pública de ensino em Belém (PA). Os dados indicam que a quota da *não resposta* aumenta com a mudança de um ciclo de vida para outro ou com a própria experiência obtida pelos efeitos das políticas públicas, o que deixa o entrevistado em dúvida em relação aos valores e opiniões estabelecidos.

Palavras-chave: survey político; eleitores jovens; item *não resposta*; *missing value*

Abstract: This article focuses on the social structure of the interviewed that practiced *nonresponse* item in a survey on political issues. For this was carried out a survey with 2.010 young voters of public schools in Belém (PA). The share of non response increase with the change of one life-cycle to another one or with the proper experience gained by the effects of the public politics, what leaves the interviewed in doubt in relation to the values and opinions established.

Keywords: political survey; young voters; nonresponse item; missing value

Introdução

A *não resposta* é definida como a omissão de informações e qualquer maneira de não responder às perguntas em uma entrevista (DEPNER, 2007, p.10). Em geral, classificam-se dois tipos de *não resposta*: primeiro, como a negação de responder a perguntas singulares do questionário e segundo, como unit *não resposta*, entendido como a negação de responder a qualquer pergunta ou de participar do levantamento, o que resulta em um questionário em branco (DONZÉ e HOLLENSTEIN, 2000, p. 7). Segundo Acock (2005, p. 1013) e Schafer (1997, p.10), as *não respostas* ocorrem porque determinada subpopulação que tenha o aspecto que se pretende mensurar não foi incluída na amostra; por causa da ausência do aspecto na população amostral; ou ainda, a população amostral pode ter o aspecto, mas a ocorrência desse é dependente de um outro aspecto vinculado ao primeiro; por fim, as *não respostas* ocorrem porque a resposta foi ignorada¹.

Além disso, as *não respostas* podem ocorrer a partir da determinação do entrevistado, que pretende e sabe responder, mas cujo interesse, atenção ou capacidade de acompanhar a entrevista podem diminuir e, nesse caso, pode ser declarado como omissão involuntária do entrevistado. Yu e Cooper (1983, p.36) citam também aspectos como desenho e tamanho do questionário, tipo de levantamento - como entrevistas face a face, postal ou telefone - entre outros, que influenciam a quota das *não respostas*.

Para Batinic et al (1999), um grande número de *não respostas* indica falhas nos processos metodológico e estatístico - que condicionam a qualidade do levantamento realizado e a confiabilidade de uma pesquisa. Os autores, entretanto, não determinam o que entendem por “grande número”. Nessa direção, Longford (2000, p.73), afirma ser possível estabelecer polarizações ou resultados substanciais até uma ausência de 2% das respostas; e DeMaio (1980, p. 232) determina este limite em 10%, mas condiciona esta situação a uma distribuição normal das *não respostas* entre os entrevistados, ou seja, as *não respostas* não devem ter valor maior ou menor do que a média.

O termo *missing value* é mais usado para descrever as consequências estatísticas e amostrais, os métodos e as possíveis soluções, como compensar ou corrigir *não respostas* de um levantamento, seja por distribuição aleatória entre os casos, correção do tamanho da amostra por conta de uma taxa prevista de *não respostas*, ou ainda pelo processo de ponderação (*weighting*), etc. Para Rubin et al (1995, p. 822), as respostas “não sei” também podem ser consideradas como *missing values*. A incorporação das *não respostas* ao procedimento estatístico é condicionada a uma distribuição probabilística (RAGHUNATHAN, 2004, p. 103). E por meio dos programas computacionais já se consegue uma solução geralmente aceitável para estes problemas.

De acordo com Zaller (1991, p. 1215), opinião é uma combinação entre informação e um valor para fazer um julgamento. Segundo Esser (1986, p. 38), o comportamento de dar respostas é o

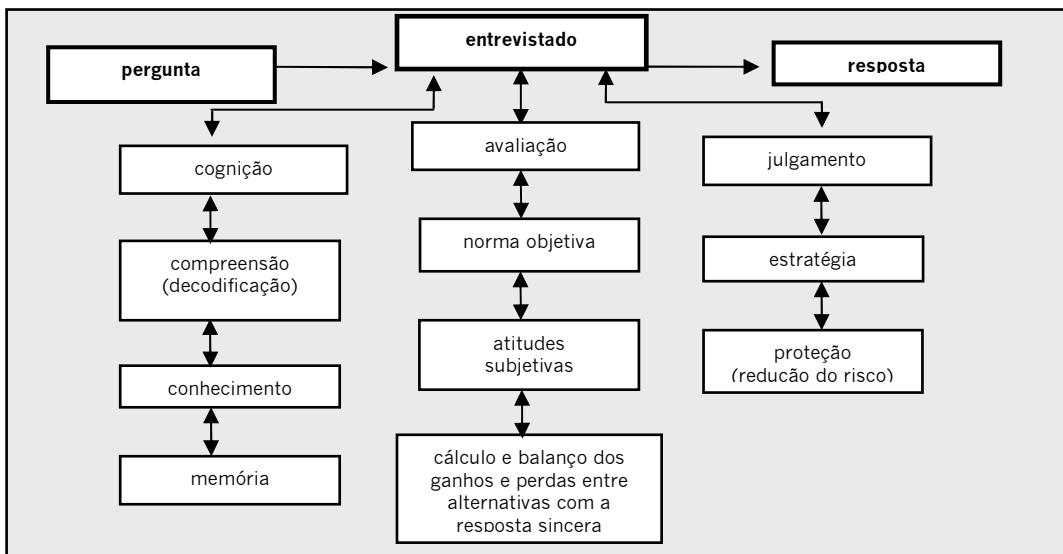
¹ Fay (1986, p. 354) cita ainda a forma não ignorada, que ocorre quando o entrevistado responde, segundo Mondak e Davis (2001), com “não sei”. Para Gilljam e Granberg (1993, p. 849), este entrevistado emite uma opinião embora sem tê-la, ou tem uma resposta, mas não quer responder.

resultado de uma decisão subjetiva do entrevistado, do uso do cálculo de ganhos e riscos entre alternativas com a resposta verdadeira, de uma resposta socialmente desejada ou de uma resposta coincidente. O que diferencia a *não resposta* da resposta socialmente desejada é a presença do risco na última. Esta decisão ocorre com base em orientações nas preferências, nas atitudes subjetivas, nas normas objetivas, nas percepções e/ou cognição da situação, nas discordâncias entre aspectos subjetivos e objetivos e nos riscos gerais que são dados com a resposta.

Neste sentido, para Stocké (2004, p.305), alguns entrevistados pretendem operacionalizar com a resposta uma maximização dos efeitos positivos e uma minimização do risco de consequências negativas (*rational response*). Disler (2002, p.1) cita ainda a resposta afetiva, baseada na percepção do entrevistado, como a primeira resposta que alguém é capaz de dar sem ter um conhecimento cognitivo dos fatos. Esta resposta necessita de um estímulo, como uma pergunta, para se manifestar (GRADOWSKA, 2010, p.2), porque não está vinculada à consciência (BURDEIN et al, 2006, p.359). Segundo Slovic (1999, p.694), o julgamento do risco e do benefício de uma resposta pode ser derivado da resposta afetiva.

Para a análise do processo de construção da resposta e da *não resposta* em um levantamento realizado, usa-se o modelo elaborado segundo as concepções e conceitos de Cannell, Miller e Oksenberg (1981); Esser (1986); Ajzen (1991) e Shoemaker et al (2001), apresentado no Quadro 1.

Quadro 1
Modelo da resposta e não resposta em entrevistas



Fonte: Pesquisa “Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor”, 2010².

No caso do item *não resposta*, Zouwen (2000, p. 104) mostra diferenças que variam de 50 a < 100% para o mesmo questionário, aplicado em países diferentes. Isso foi confirmado por Seligson (2000, p. 232) para a América Latina e América Central, indicando que o item *não resposta* é culturalmente dependente ou que, segundo Sicinski (1970, p.126), há uma variação cultural na disposição para admitir a falta de conhecimento ou de opinião.

No caso de pesquisas sobre assuntos políticos, uma alta quota de item *não resposta* nos Países Baixos é comum (STOOP, 2004, p.24). Em levantamentos de opinião pública sobre assuntos políticos, podem aparecer quotas de 50% até 90%, porém, isso depende dos assuntos abordados, como racismo, satisfação com a democracia, ideologia ou igualdade, entre outros, e da sociedade em que foi realizado o estudo (KING et al, 2001, p.52). Wiseman (1972, p.107) mencionou uma quota de 81% para assuntos relacionados à segurança nacional, mas somente 34% quando se trata de temas sobre a relação entre Estado e Igreja. No caso de pesquisas eleitorais, Hilmer e Hofrichter (2001, p.445) indicam que a quota referente a *não respostas* na Alemanha é 30% menor do que nos Estados Unidos. Stocké e Stark (2005, p.48) detectaram que a quota de *não respostas* cresce com o aumento da deslealdade que o entrevistado sente pelo sistema político.

Em levantamentos sociopolíticos no ambiente universitário, Henkel e Almeida (2003) e Henkel et al (2007) alcançaram uma quota do item *não resposta* de, em média, 20%. Longford (2000, p. 88)

² A pesquisa “Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor”, realizada em 2009 e 2010, foi elaborada e dirigida por Karl Henkel.

mostra baixas quotas do item *não resposta* no caso de variáveis como sexo, nível de ocupação e religião, mas altas quotas para variáveis como renda, filiação partidária ou situação material.

Pelos dados levantados, pode-se classificar os entrevistados entre informantes que responderam e os que não responderam e diferenciá-los de acordo com a motivação, interesse ou conhecimento (SCHMUTZ, 2004, p.14). Para isso, a pergunta que contém a *não resposta* não possui a função de levantar um fato ou opinião, mas, serve como ponto de partida do mecanismo que ajuda a analisar a estrutura dos que não responderam, e entender o comportamento do entrevistado em dar respostas (ACOCK, 2005, p.1015). Estes entrevistados podem ser caracterizados por uma estrutura própria.

Smith (1983, p.349) recomenda a comparação de quota das *não respostas* com dados oficiais obtidos por censos demográficos ou socioeconômicos, como lugar de nascimento, sexo, renda, idade, raça, etc., para identificar a representação deles na amostra, o que significa, segundo Hawkins (1975), construir um perfil sociodemográfico. Para Francis e Busch (1975, p.207), aspectos como composição familiar, situação ocupacional e região, entre outros, explicam *não respostas*. Os autores mencionam que moradores das periferias não têm informações necessárias para formar uma resposta substancial e, consequentemente, não respondem. Bishop et al (1980, p.206) e Bishop et al (1986, p. 247), ao contrário, mostraram que pessoas com baixo grau de instrução tendem a responder mais, produzindo menos itens *não respostas*. Schuman e Presser (1981, p.152) relacionam esse fato com o aspecto psicológico das pessoas com baixo grau de instrução, que tendem a responder mais facilmente porque aceitam autoridades e hierarquias, representadas no momento da entrevista pelo entrevistador. Faulkenberry e Mason (1978, p.538) indicaram o acesso à mídia como um fator que influencia uma baixa quota de *não respostas*. O que dificulta uma análise das *não respostas* é que a quota e o perfil sociodemográfico dos não respondentes para cada pergunta podem variar.

Método

A pesquisa “Os eleitores jovens” (*First voter report, Erstwählerstudie*) teve como objetivo descrever o perfil sociopolítico e levantar as ideias existentes sobre o sistema político, valores políticos, comportamento eleitoral e capital social de eleitores de 16 a 19 anos que participam pela primeira vez de eleições. Para este fim, foi elaborado um questionário, de autocompletamento, com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas respostas. Por meio de uma amostra probabilística simples, utilizando-se uma tabela de números aleatórios, foram selecionadas escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino no município de Belém (PA), abrangendo alunos das modalidades Ensino Fundamental (5^a a 8^a série), Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (3^a e 4^a etapa). Por causa da distorção série-idade entre os alunos da mesma modalidade, foram incluídas pessoas de 10 até 68 anos. Na sala de aula e por meio de uma entrevista escrita em grupo, foram entrevistadas 2.110 pessoas, cujas *não respostas* foram usadas para a análise neste survey.

A pesquisa foi realizada sempre pelo mesmo entrevistador. Esse dado exclui o entrevistador como variável interferente que pode influenciar a quota de respostas e *não respostas* (BARUCH, 1999,

p.425). O questionário foi autopreenchido pelo entrevistado sem interferência do entrevistador. Segundo Liu et al (1998) e Guimond (1997), a vivência em grupo, como ocorre na sala de aula, pode causar uma pressão normativa, influenciar as ideias políticas e eliminar ideias duvidosas, o que leva a uma conformidade de opiniões, mas não necessariamente afeta as atitudes (HESSE et al, 2005, p.XX). Neste caso, o item *não resposta* pode ser interpretado como autocensura.

Há várias possibilidades de relacionar as *não respostas* com os entrevistados e com o instrumento de levantamento - o questionário. Na primeira fase, as perguntas não respondidas foram analisadas em relação à sua posição no questionário, e na segunda, de acordo com o tipo de escala usado na pergunta (Tabela 1). Na terceira fase, foram analisadas as perguntas com a maior quota de *não respostas* (Tabela 2).

Teoricamente, para a análise da *não resposta* em relação aos aspectos sociodemográficos dos entrevistados em um questionário com 48 perguntas, e que produziu 158 variáveis independentes computadorizadas, devem-se analisar 158 variáveis diferentes, o que é impraticável. No caso desta pesquisa, escolher variáveis por meio de uma amostra aleatória, para obter resultados representativos, com um grau de significância de 95% e erro amostral de 5%, levaria à escolha de 113 variáveis para análise, o que ainda é indesejável. Assim, optou-se por uma amostra intencional, selecionando-se dez perguntas com tipos de escalas diferentes. Desse modo, os resultados não são representativos para entrevistados com o item *não resposta* (Tabela 3). As perguntas não continham a opção de resposta “não sei” ou “não quero responder”. No caso de perguntas do tipo múltipla resposta, foi somada a quota de *não respostas* de cada resposta e calculou-se a média. Para a análise das *não respostas* foi usado o programa SPSS.

A não resposta correlacionada ao questionário

Uma primeira análise mostra que no 1º e no 4º quartis encontram-se menos perguntas não respondidas do que no 2º e no 3º quartis, os quais juntos representam a maioria das perguntas que obtiveram *não respostas* (69,7%). Este resultado pode ter sido influenciado pelo fato de que o primeiro e o último quartil do questionário contêm perguntas com um menor grau de dificuldade ou o entrevistado dá mais atenção à fase inicial e à final de uma entrevista (HERZOG e BACHMANN, 1981, p.558)

Griffith et al (1999), por meio de uma pesquisa experimental, e Reja et al (2003) mostraram que perguntas abertas causam mais *não respostas* do que perguntas fechadas. Perguntas abertas permitem que o entrevistado se articule livremente, porém, esta articulação depende principalmente da capacidade de escrita do entrevistado, mas não mostra necessariamente uma falta de opinião acerca de um assunto (PORST, 1998, p. 25).

Uma análise de quinze perguntas abertas sobre opiniões políticas, democracia e instituições governamentais demonstra que a quota de *não respostas* aumenta com a idade do entrevistado. Uma correlação das *não respostas* em perguntas abertas com a variável rendimento escolar, mensurado por meio da nota nas disciplinas Matemática e Português, que pode indicar a capacidade do aluno, mostra um valor fraco e negativo, isto é, quanto maior o rendimento escolar, menos *não respostas* se espera,

porém, a correlação não é expressiva. O único resultado expressivo da não resposta em relação à pergunta aberta é a correlação com a modalidade de ensino: alunos do Ensino Médio possuem uma quota inferior de *não respostas* em relação aos alunos das demais modalidades, seja EJA ou Ensino Fundamental. Para Tomaskovic-Devey et al (1995), esta situação não está necessariamente vinculada à incapacidade em se articular, mas pode ser atribuída a uma falta de concentração para responder ao questionário em geral e a perguntas abertas em especial ou, ainda, ao fato de estes alunos serem menos interessados em realizar trabalhos extraescolares.

Ao contrário disso, alunos do Ensino Médio podem ser caracterizados como uma nova geração que vive em um ambiente mais liberal. Informados pelas mídias, estão mais aptos a responder a perguntas abertas sobre assuntos políticos, embora não haja indicação de que esses alunos se envolvam na vida pública. Entretanto, Porter e Whitcomb (2005, p.148) analisaram, por meio de uma pesquisa experimental, que os aspectos sociais ou educacionais influenciam menos do que a personalidade na disposição de os alunos responderem levantamentos ou surveys. Goyder (1986, p.28) chama estes alunos de respondentes profissionais, porque participam em provas escritas, conhecem múltiplas respostas ou se articulam verbalmente em apresentações na sala de aula.

A resposta em uma escala de intervalo é diferente da resposta aberta, pois, nelas, não é necessária capacidade de articulação, como na pergunta aberta. Para Tillinghast (1980, p.382), a causa principal de *não respostas* em perguntas com escalas de intervalo é a falta de experiência do entrevistado em expressar um sentimento em uma escala numericamente construída. Com isso, indica-se a inadequação deste tipo de escala em reconhecer aspectos positivos ou negativos, no que se refere ao processo de julgamento do entrevistado sobre um determinado assunto.

Christian e Dillman (2004, p.23) indicam ainda a distância entre as categorias das escalas, especificamente em questionários autopreenchidos, como impacto significativo no comportamento do entrevistado, o que pode levar a *não resposta*. Na presente pesquisa, um grande número de categorias, todavia, parece não desestimular o entrevistado em responder (aspecto que Rodrigues, 2003, p.19, menciona como provável causa do item *não resposta*), pois, em nosso caso, a correlação negativa de $r = -0,418$ indica que quanto maior o número das categorias, menor a quota de *não respostas*. Este aspecto não pode ser explicado pela qualidade das categorias, mas, provavelmente, pelo comportamento do entrevistado, que deve se sentir animado em responder e pressionado psicologicamente pelo grupo durante a entrevista. Em contrapartida, Porter e Whitcomb (2005, p.147) associam autopreenchimento em grupo com um menor acoplamento social dos não respondentes. No que se refere às perguntas mensuradas com escalas nominais, ao contrário daquelas com escalas ordinais, a escolha das categorias aceitáveis ocorre com mais facilidade, o que não pode ser confirmado pela presente pesquisa (O'MUIRCHEARTAIGH e MOUSTAKI, 1999, p.193).

Respostas mensuradas em uma escala dicotômica, como em escalas nominais e ordinais, têm caráter classificatório, sendo excludentes em relação às outras opções, e oferecem, segundo Massen (1997, p.154), uma clara seleção da resposta para o entrevistado; porém, não são livres de não respostas. Um “sim” ou um “não”, por exemplo, que podem ser escolhidos como respostas, dependem, como as demais respostas, de outras inúmeras variáveis situacionais (RAAIJMAKERS, 1999) - Tabela 1.

Tabela 1
Não respostas segundo o tipo de escala (%)

Tipo de Pergunta	não respostas
perguntas com escala de intervalo	14,2
perguntas com escala nominal	38,9
perguntas com escala ordinal	9,2
perguntas com escala dicotômica	12,7

Fonte: Pesquisa “Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor”, 2010.

A análise qualitativa da não resposta

As ciências cognitivas descobriram, há muito tempo, que a *não resposta* é vinculada também à formulação da pergunta. Strötgen et al (2006, p.4) indicam que o entrevistado analisa a pergunta segundo a existência de um elemento interrogativo e, depois, por palavras que identificam a pergunta, compara o fato com o conhecimento memorizado no curto prazo (JOHANN, 2008, p.53). E, no caso da não identificação, ou da falta de lembrança desses aspectos, pode ocorrer uma *não resposta*.

Com relação às respostas mensuradas em uma escala nominal ou ordinal, existem índices, como o de Cronbach, ou testes específicos para identificar a homogeneidade ou consistência da escala ou o grau de dificuldade da pergunta e, com isso, a qualidade das escalas e perguntas (GENUCCHI, 2007). Entretanto, para perguntas abertas, que medem aspectos abstratos e não o conhecimento de fatos, esses métodos são impraticáveis, pois não há uma distância numérica entre as respostas, mas sim teórica.

Técnicas como a codificação do comportamento (*behaviour coding*) medem a conduta do entrevistado durante a entrevista segundo itens preestabelecidos, com os quais se consegue identificar perguntas mal entendidas, ou seja, a qualidade da pergunta (PRÜFER e REXROTH, 1996, p.9). Este método é somente praticável no pré-teste, na pesquisa experimental ou com um número reduzido de entrevistados, não sendo viável durante a fase de pesquisa de campo, principalmente em entrevistas em grupo com 30 ou mais alunos e sob o método do autopreenchimento, como na presente pesquisa.

Assim, tanto o grau de dificuldade como o de comprehensibilidade de uma pergunta ou questionário são indicados pela quota dos itens *não respostas*, que mostram também o entendimento teórico dos entrevistados (LEEUW et al, 2003).

A análise dos resultados da Tabela 2 ajuda a compreender o fenômeno de *não resposta* na pesquisa reportada neste artigo.

Tabela 2
Perguntas mais difíceis segundo o tipo de pergunta e não resposta (%)

Tipo de Pergunta	não resposta
Pergunta de fato	
<i>Qual a renda familiar mensal? (pergunta aberta)</i>	55,7
<i>Quantos filhos tem? (pergunta aberta)</i>	10,0
Pergunta de opinião – conhecimento	
<i>Em sua opinião, quais são os três ministérios ou instituições do governo federal mais importantes? (pergunta aberta)</i>	78,8
Pergunta aberta	
<i>Indique três aspectos que caracterizam a democracia.</i>	78,2
Pergunta fechada	
<i>Em geral se fala de um partido socialista, nacionalista, conservador, liberal, cristão ou ecologista. Em sua opinião, quais são as características do PDT? (escala nominal)</i>	68,0
Pergunta com escala de intervalo	
<i>Como você avalia a propaganda eleitoral? (escala com notas de 0 a 10)</i>	17,3
Pergunta com escala nominal	
<i>No caso em que dois candidatos tenham propostas idênticas, porém profissões diferentes, qual profissão você preferiria? (escala com 16 categorias)</i>	74,2

Fonte: Pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor": 2010.

No caso da variável renda, a alta quota de *não respostas* não é um fenômeno singular da presente pesquisa, pois Pleis et al (2007) citam a frequência desse aspecto nos Estados Unidos, Gutiérrez-Fisac et al (1996, p.354) e Huisman et al (2005) na Espanha, e D'Alessio e Faiella (2002) na Itália. Porém, em todo o continente sulamericano e Caribe, a quota atinge somente 14% (GASPARINI e GLUZMANN, 2009, p.19), o que leva a crer que uma pergunta sobre a renda em países ou regiões industrializadas enfrenta mais *não respostas* do que em países ou regiões menos desenvolvidas. Schräpler (2006, p.1030) cita como explicação da alta quota de *não resposta* na variável renda familiar a rejeição e o desconhecimento. No caso específico da presente pesquisa, a falta de conhecimento ocorre devido à não-comunicação intrafamiliar entre os pais e os seus filhos, que são financeiramente dependentes. Com o aumento da idade, diminui a quota da *não resposta* para a variável renda, provavelmente pelo ingresso do entrevistado no mercado de trabalho. A simples rejeição pode ser causada também por uma expectativa de avaliação negativa do entrevistado no caso de uma renda baixa, renda instável ou dependência de benefícios governamentais, como o programa Bolsa Família, o que pode representar ainda respostas socialmente não desejadas.

No caso da variável número de filhos, somente a rejeição serve como explicação da *não resposta*, porque não necessita do conhecimento, da capacidade cognitiva ou de lembrança. O cruzamento das variáveis estado civil e número de filhos mostra que o grupo dos entrevistados do sexo feminino, solteiras e com menos de 20 anos de idade representa o grupo com a maior quota de *não resposta*. Ferber (1966, p.406) encontrou este comportamento nos Estados Unidos nos anos 1970 e Park e Brown (1994, p.47) nos anos 1980. Nesse caso, Musick et al (2009, p.560) falam ainda de gravidez desejada, apontam a desvinculação entre a instituição casamento e o desejo de ter filhos, e mencionam

que 4 de 10 filhos nascidos nos Estados Unidos são de mulheres solteiras, indicando a mudança de uma situação socialmente não adequada para uma situação socialmente aceita.

No Brasil, a quota de *não resposta* para perguntas sobre o número de filhos ainda é alta. As jovens entrevistadas sabem da ambiguidade em que vivem: uma época marcada por políticas públicas voltadas à prevenção, educação sexual, informações transmitidas pela mídia e aceitação social de ter filhos na condição de solteiras. Contudo, a presença de um filho nesta fase da vida mostra também a falta de consciência e a falta de iniciativa em se informar e prevenir. Fédida caracteriza esta *não resposta* afirmando: “O que chamamos de *não resposta* é precisamente a recusa de dar o atual como resposta ao inatual” (FÉDIDA, 1988, p.49).

No caso da pergunta sobre os três ministérios ou instituições do governo federal mais importantes, há diversas explicações para a quota de *não resposta*, que foi a mais alta. Embora haja vários destes órgãos que atuam em Belém do Pará (PA), tais como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), entre outros, com seus respectivos programas e projetos na área de política agrícola, reforma agrária, emprego e meio ambiente, etc., o entrevistado não conhece esses ministérios ou instituições, ou não se lembra deles no momento da entrevista. A pergunta sobre “...mais importantes?” pode ser entendida como classificar e ordenar, e, embora o entrevistado conheça estes ministérios e instituições, não sabe identificar a importância e nem ordená-los. Outra explicação é que o entrevistado conhece essas instituições e a importância de cada uma, mas é indeciso, porque várias podem ter igual importância para ele, o que o impede de ordená-las. As instituições federais, em muitos casos, são caracterizadas por uma ausência de personificação, porque seus líderes são funcionários nomeados de carreira, não obtêm um amplo reconhecimento público e, talvez pela ausência dessa personificação, o entrevistado não as identifique. A pergunta sobre as secretarias ou instituições estaduais teve uma quota de *não resposta* inferior porque, supostamente, essas são mais reconhecidas ou, segundo Pacheco, personificadas por “[...] clientelistas, politiqueiros, imediatistas, paraquedistas e centralizadores” (PACHECO, 2002, p.185) com comparecimento frequente na mídia. Isto é, o observador identifica uma secretaria ou instituição estadual por meio do seu líder, e, no caso da *não-identificação*, também não sabe responder.

Supõe-se que a *não resposta* a respeito da pergunta sobre os aspectos que caracterizam a democracia não está vinculada a uma estratégia do entrevistado, à avaliação favorável ou contrária, a evitar uma resposta socialmente não desejada ou à falta de memória sobre as representações da democracia, porque o entrevistado deveria lembrar-se pelo menos de algumas delas. Mas a *não resposta* pode estar vinculada ao entendimento da pergunta, à sua decodificação e à análise comparativa com informações cognitivas obtidas pela vivência.

Segundo Dahlberg (1978, p.102), conceitos abstratos, como democracia, também são constituídos por elementos físicos, os quais são obtidos pela observação, pela percepção e apreciados pelo método analítico. Entretanto, cotidianamente, não se utiliza este procedimento de modo claramente concebido, mas um método mais simples, que Ribeiro (2007, p.79) chama visão classificatória simples

numa escala nominal, com as avaliações “existe” ou “não existe”. No caso da observação da existência de um aspecto da democracia, como deputado, lei, parlamento, etc., o observador não o associa com democracia, mas com conhecido ou “político”, ordenação, obrigação, reunião política, ou “...lá em Brasília”.

Enquanto a população idosa reconhece os elementos da democracia como imprensa livre, eleições, direito à greve, etc. pela experiência própria ou percepção de sistemas e acontecimentos políticos anteriores e pela comparação com sistemas atuais, a nova geração não pode fazer estas comparações em virtude do não conhecimento pessoal de sistemas políticos diferentes, e entende democracia como aquilo que Kucinski (2000, p.181) chama de algo dado ou algo normal, o que não precisa ser conquistado. O jovem, segundo Brunner (1984, p.144), faz uma seleção cognitiva das coisas do seu ambiente, entretanto, a democracia e os seus elementos não são fenômenos centrais dessa observação. No caso da democracia, o entrevistado jovem precisa reconhecer os elementos desse aspecto abstrato por meio de uma consciência teórica, para não confundir com outros fenômenos. Pela falta de comparação com outros sistemas políticos, que pode mostrar os elementos que distinguem os sistemas, o entrevistado simplifica o processo cognitivo e não responde à pergunta.

A pergunta fechada sobre as características dos partidos, mensuradas em uma escala nominal com as categorias “socialista”, “nacionalista”, “conservador”, “liberal”, “cristão” ou “ecologista”, tem uma alta quota de *não respostas* (68%), indicando problemas de observação, decodificação, comparação e, talvez, ideologia do entrevistado. Para Singer (2002, p.131), o eleitor tem uma “estruturação ideológica” - embora varie em função do sistema de crenças de cada indivíduo -, o que torna possível o uso da categoria esquerda/direita em uma escala de mensuração, sem supor um pensamento político por parte do entrevistado, porque as pessoas simpatizam com uma tendência, segundo Rennó et al (2009, p. 54). Todavia, esta escala dicotômica esquerda/direita foi submetida ao pré-teste e mostrou-se insatisfatória em relação ao entendimento pelo jovem entrevistado.

A pergunta sobre os modelos políticos caracterizadores dos partidos é do tipo múltipla resposta com duas opções de indicação. A primeira opção teve uma quota satisfatória de 57,9% de *não respostas*, enquanto a segunda teve uma quota de 72,0% de *não respostas*, o que indica que o entrevistado não sabe identificar, principalmente, os modelos políticos secundários dos partidos. Apesar de o tempo de presença dos partidos na mídia durante a propaganda eleitoral ser diferenciado, a alta quota de *não respostas* indica uma falta de identificação da ideologia, tendência ou modelos partidários pelo observador e não é significantemente diferente entre os partidos (DEM, PC do B, PT, PSOL, PMDB, PPS e PSDB). Percebe-se que a *não resposta* de entrevistados com mais de 25 anos de idade não atinge a metade da quota de *não resposta* do grupo com menos de 25 anos. Há duas explicações para esta situação: os mais jovens não reconhecem ideologias partidárias, porque observam os partidos de maneira diferenciada e, para identificar ideologias partidárias, necessita-se de um conhecimento histórico da evolução partidária e política de um país em geral.

Albuquerque e Dias (2002, p.313) dão uma terceira alternativa de *explanandum*: há uma tendência centrípeta dos partidos, pois estão perdendo o seu tradicional significado, substituindo-o por uma flexibilidade ideológica, além de serem muito parecidos entre si. Como consequência,

principalmente a mídia cria critérios de diferenciação que são vinculados ao perfil do candidato apresentado e não mais à ideologia do partido. Pela quota de *não resposta*, o PDT e o PSB são os partidos que mais apresentam essa prática, o que implica afirmar que são mais personalizados e menos ideológicos do que os demais. Entre os próprios simpatizantes do PDT, somente 55,8% sabem informar a posição político-ideológica do partido.

Com respeito à avaliação da propaganda eleitoral, a quota de *não respostas* na avaliação é baixa em comparação com as quotas anteriores e pode ser explicada pela posição passiva do telespectador ou observador em geral frente à propaganda eleitoral. Na interpretação de Carmo (1998, p. 66), o telespectador tem uma larga margem de autonomia em relação às mensagens da TV, durante a qual não precisa comunicar, interagir socialmente ou decodificar teoricamente as propostas ou avaliar racionalmente candidatos, mas simplesmente observar. Ele age e responde, segundo Veiga (2002, p. 184), por interesse e utilidade pessoal. Os entrevistados que não quiseram responder, talvez, não assistam ou percebam conscientemente esta propaganda.

Quanto à pergunta sobre as profissões dos candidatos, os entrevistados mostram dúvida sobre a profissão mais adequada, ou qual transmite confiança, dada a situação de semelhança dos candidatos³. Muitas vezes, as propostas dos candidatos são iguais, e tanto o candidato como o eleitor procuram encontrar um diferencial em relação aos demais. Registra-se certa mudança das profissões civis dos parlamentares e uma redução de profissões como fazendeiros, empresários ou representantes de entidades, as quais, antigamente, facilitavam o ingresso na atividade política. Hoje, os candidatos são professores, comerciantes, geólogos ou farmacêuticos, entre outros. A esta situação do item *não resposta*, Dias (2004, p. 97) chama de comunicação censurada, quando o entrevistado não pode dar uma resposta devido à sua indecisão.

Análise quantitativa da *não resposta* segundo aspectos sociodemográficos

Embora Porter e Whitcomb (2005, p.136) usem variáveis sociais, como o envolvimento do entrevistado com seu ambiente social, para explicar a quota de *não respostas*, eles mencionam que essas representam somente uma fonte de variáveis independentes, porque ampliam a análise para a dimensão da personalidade do entrevistado. Porém, os autores citam também que variáveis demográficas não explicam por si só o perfil dos entrevistados do item *não resposta*. Em geral, usam-se variáveis sociodemográficas como raça, religião, origem urbana ou rural, sexo, estado civil, renda, etc. para descrever os entrevistados que não responderam. Porém, para cada variável, deve ser explicado o seu envolvimento teórico na construção da *não resposta*; no caso da variável religião, por exemplo, faltam estes aspectos explicativos, pois nada indica que entrevistados que professem religião gerem mais *não respostas* em surveys com assuntos políticos do que entrevistados não religiosos.

Na presente pesquisa, são utilizadas as variáveis sociodemográficas idade, modalidade de ensino, renda, pessoas com e sem filhos e nota escolar como variáveis explicativas dos itens *não*

³ A pergunta sobre as profissões é de tipo fechada com 16 categorias: “motorista”, “professor”, “policial”, “sindicalista”, “funcionário público”, “enfermeira”, “médico”, “padre/pastor”, “fazendeiro”, “empresário”, “bombeiro”, “pedreiro”, “advogado”, “estudante”, “agricultor”, e “nenhum destes”.

respostas. Para isso, a variável idade foi dividida em dois grupos: menor ou igual a 19 anos e maior que 19 anos. O agrupamento das modalidades de ensino foi mantido, pois demonstra diferenças no esforço individual quanto ao processo de aprendizagem e nas estruturas sociais da procedência dos entrevistados, os quais podem explicar a percepção, o comportamento e os problemas em analisar e responder perguntas sobre assuntos políticos. No lugar da variável estado civil foi utilizada a variável número dos filhos, com base no suposto de que somente a partir da presença de filhos inicia-se uma outra fase da vida e, como consequência, mudam os conceitos e pensamentos. A renda reflete predominantemente o ambiente socioeconômico dos entrevistados e indica em qual deles é melhor o seu conhecimento sobre assuntos políticos. Foi utilizada uma pergunta aberta, cujas informações posteriormente foram classificadas nos seguintes intervalos: renda mensal menor ou igual a R\$1.000, entre R\$1.000 e R\$2.000 e maior ou igual a R\$2.000. Enquanto estas variáveis refletem a situação familiar, a variável “última nota escolar em Matemática e Português” reflete, embora nem sempre, o desempenho e o esforço do aluno, e com isso a qualidade deste em responder (Tabela 3).

Tabela 3
Quota da *não resposta*, segundo variáveis demográficas (%)
2010

P e r g u n t a	idade em anos		modalidade do ensino			renda em R\$			filhos		nota escolar		média por tipo de pergunta				
	19	> 19	EF	EM	EJA	< 1.000	1.000 - 2.000	> 2.000	sem filhos	com filhos	≤ 7,0	7,0					
pergunta sobre identificação regional⁴; escala nominal; resposta afetiva																	
	1,0	7,3		10,0	10,4	22,6		13,3	7,4	7,5		9,3	20,8		14,5	10,6	12,9
pergunta sobre objetivos políticos⁵; escala nominal; resposta racional																	
	3,8	4,8		14,7	13,9	24,8		17,2	13,9	15,0		13,4	25,0		20,5	12,0	17,4
pergunta sobre valores sóciopolíticos e morais⁶; escala de intervalo; resposta afetiva																	
	4,1	6,5		18,0	12,8	30,6		18,1	12,5	9,7		12,2	27,3		22,4	10,9	17,9
pergunta aberta sobre o significado de democracia⁷; concepção teórica																	
	6,5	9,2		82,3	72,1	86,3		78,0	69,4	62,5		75,6	81,2		80,4	2,9	76,4
pergunta aberta sobre as instituições do governo⁸; conhecimento de fatos																	
	7,3	5,8		82,5	71,8	84,7		78,0	64,1	56,3		76,7	77,2		80,0	2,4	74,7

Continua...

³ Pergunta: "Você se identifica emocionalmente e politicamente mais com..." (8 categorias: "o bairro onde mora"; "cidade onde mora"; "município onde mora"; "região onde mora"; "estado do Pará"; "região amazônica"; "Brasil" e "América do Sul"). A resposta é afetiva porque é baseada em percepção, não necessita de conhecimento e não há um julgamento de risco e benefícios.

⁴ Pergunta: "Abaixo há alguns objetivos políticos. Qual desses você acha importante"? (6 categorias: "alcançar um crescimento econômico"; "melhorar a participação do cidadão nas decisões governamentais"; "alcançar maior justiça social"; "manter a ordem na sociedade"; "menos regulamentação por parte do governo" e "preservar o direito da livre expressão"). A resposta é racional por que se julga prós e contras.

⁵ Pergunta: "Cada pessoa tem valores que ela respeita e quer ver respeitados. Quais valores você acha importante na vida? Atribua uma nota escolar entre zero (não tem importância) até 10 (muito importante) para cada item". (8 categorias: "diligência"; "ambição"; "religiosidade"; "justiça"; "disciplina"; "solidariedade"; "igualdade" e "honestidade"). A resposta é afetiva porque a avaliação das categorias é baseada em percepções e não se ganha benefícios com um julgamento desses.

⁶ Pergunta: "O que é democracia para você?" Tipo de resposta: resposta de opinião.

⁷ Pergunta: "Em sua opinião, quais são as três secretarias ou instituições do governo estadual mais importantes?" A resposta necessita de conhecimento, é racional, porque se faz um julgamento e talvez afetiva, porque não se sabe a função desses.

Pergunta: "Em sua opinião quais são os três ministérios ou instituições do governo federal mais importantes?" A resposta necessita de conhecimento, é racional, porque se faz um julgamento e, talvez, afetiva porque não se sabe a função desses.

Pergunta	Idade em anos		Modalidade do ensino			Renda em R\$			Filhos		Nota escolar		média por tipo de pergunta					
	19	>19	EF	EM	EJA	<1.000	1.000-2.000	>2.000	Sem filhos	Com filhos	≤ 7,0	7,0						
pergunta sobre as características dos DEM⁹; escala nominal; conhecimento de fatos e de opinião; resposta afetiva																		
	0,1	5,4		59,6	64,3	70,7		65,5	52,8	50,0		60,1	74,6		65,6	3,0		63,5
pergunta sobre a confiança institucional¹⁰; escala de intervalo; conhecimento de fatos e de opinião; resposta racional - afetiva;																		
	11,1	7,6		13,6	9,4	19,4		13,1	8,8	8,4		10,1	25,6		26,5	8,6		14,4
pergunta sobre as áreas de interesse político¹¹; escala nominal; atitudes – resposta afetiva																		
	23,0	6,3		25,4	22,7	25,4		24,1	23,2	20,0		22,5	27,		25,0	22,4		23,9
Média do grupo	35,8	2,8		8,3	4,7	5,6		38,4	31,5	28,7		35,0	44,9		41,8	34,1		37,6
média da variável	39,3			39,4				32,9				39,9			37,9			

Legenda: EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; EJA = Ensino Jovens e Adultos; N = 2.110.

Fonte: Pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor": 2010.

⁸ Pergunta: "Em geral se fala de um partido socialista, cristão, liberal, conservador, nacionalista ou ecológico. Em sua opinião, o DEM é um partido da... (marque o partido com dois X)". A resposta necessita de conhecimento e é afetiva.

⁹ Pergunta: "Como nas questões anteriores, agora nós queremos saber que confiança ou fé você tem nas instituições ou organizações abaixo citadas? Para isso você pode atribuir qualquer nota entre 0 (não tenho confiança) até 10 (tenho muita confiança)". (20 categorias: "câmara municipal"; "centro comunitário"; "assembleia estadual"; "Caixa Econômica Federal"; "Santa Casa"; "polícia estadual"; "universidade"; "Polícia Federal"; "forças armadas"; "tribunal da justiça"; "administração distrital"; "congresso nacional"; "INCRA"; "MST"; "Igreja"; "partidos"; "IBAMA"; "prefeitura"; "SEDUC" e "senado"). A resposta necessita do conhecimento das instituições; é racional porque se faz um julgamento dos prós e contras, e, talvez, afetiva porque se avalia uma instituição sem saber da função dessa.

¹⁰ Pergunta: "Quais são as áreas da política pelas quais você se interessa mais?" (12 categorias: "política social"; "política de saúde"; "política agrícola"; "política regional"; "política educacional"; "política exterior"; "política de urbanismo"; "política monetária"; "política ambiental"; "outro" e "nenhum"). A resposta é afetiva porque mostra uma atitude pessoal.

Percebe-se que entrevistados com 19 anos ou mais possuem uma maior quota de *não respostas* do que entrevistados com menos de 19 anos, o que não surpreende, porque se supõe que o primeiro grupo é mais inserido na vida pública e depende mais das políticas públicas, colocando-o em dúvida entre realidade e os próprios ideais. Somente na pergunta sobre as instituições do governo estadual e federal, cuja resposta necessita de conhecimento sobre sua existência, o entrevistado com mais de 19 anos possui uma quota menor do que aqueles com 19 anos porque supõe-se que, provavelmente, já tem família constituída ou está inserido no mercado de trabalho e ganha este conhecimento pela procura por serviços públicos.

As maiores diferenças na *não resposta* neste grupo foram obtidas nas perguntas sobre a avaliação de valores sociopolíticos e morais e de objetivos políticos, os quais não necessitam de conhecimento das estruturas políticas. Jovens que se encontram na fase inicial da vida criam estes valores quase idealizados, mas enfrentam, com o avanço da idade, com a estruturação de uma família própria e com a inserção no mercado de trabalho, uma interferência ou modificação, durante a qual começam a avaliar se estes pensamentos autoestabelecidos podem ser mantidos nestas circunstâncias da vida. Do ponto de vista da cognição, uma avaliação afetiva é modificada para uma afetivo-racional, promovendo uma maior quota de *não respostas*.

No que diz respeito à modalidade de ensino, nota-se que entrevistados do Ensino Médio produzem menos item *não respostas*. Eles são caracterizados por certa exigência (indicada pelo fato de que não atrasaram o estudo, como os entrevistados da modalidade Educação de Jovens e Adultos), possuem mais conhecimento que os entrevistados do Ensino Fundamental e começam a substituir uma avaliação afetiva por uma racional. Supõe-se que a partir do momento da inserção no mercado de trabalho ou de mudança do estado civil de solteiro para casado - o que deve ser o caso dos entrevistados da modalidade Educação de Jovens e Adultos - a quota de *não respostas* aumenta. Porém, as medidas estatísticas Cramer's (0.123) e o coeficiente de contingência (0.172) mostram que as variáveis estado civil e *não respostas* não se relacionam muito ou são mais independentes que dependentes.

Quanto à renda, percebe-se que a *não resposta* é mais vinculada a famílias de baixa renda, com R\$1.000 ou menos. Uma observação da quota de *não resposta* de cada faixa de renda mostra a maior diferença na pergunta sobre a identificação política regional, com medidas estatísticas Kendall's tau-b (0.27) e correlação de Spearman (0.31) que não mostram dependência forte entre as variáveis e apontando uma outra variável independente que pode ter influenciado a *não resposta*. Talvez seja a variável cultura ou ambiente sociocultural que influencie a *não resposta* sobre a identificação regional: entrevistados de baixa renda avaliam sua identificação com base na dicotomia racional (“...me identifico politicamente com o estado do Pará”) e afetiva (“...me sinto culturalmente como belenense”) e ficam indecisos, o que gera uma alta quota de *não respostas*.

Os entrevistados com filhos formam o grupo que apresenta mais itens *não respostas*. Entretanto, a quota de *não resposta* neste grupo é menos influenciada pela variável estado civil, ($\eta^2 = 0.21$), do que pela idade do entrevistado ($\eta^2 = 0.54$). Porém, não deve ser a idade que leva à alta quota, e sim um maior número de filhos que depende desta variável idade.

A condição na qual se encontra o entrevistado com muitos filhos entre a procura e o atendimento de serviços públicos para seus filhos ou de se manter no mercado de trabalho para sustentar uma grande família deixa-o em uma situação de dúvida entre a avaliação racional ou afetiva dos próprios valores, ideias e avaliação da confiança institucional e funcionamento da democracia.

Na análise da *não resposta* em relação à nota escolar, que é uma variável relativa ao esforço, inteligência, conhecimento e pensamento racional, observa-se uma correlação significante entre boa nota escolar e baixa quota de *não resposta*. A comparação da média da *não resposta* do grupo nota escolar com as demais variáveis demográficas mostra uma posição intermediária na explicação das estruturas que gerem *não respostas*.

Observando a média por grupo, percebe-se que os entrevistados maiores de 19 anos, da modalidade EJA, com filhos e notas baixas na escola representam o grupo com mais *não respostas*. Este grupo é caracterizado por entrevistados atrasados em seu processo de aprendizagem, o que pode ser devido à procedência de estruturas socioeconomicamente menos favorecidas. A presença de filhos mostra que este grupo já estabeleceu independente do estado civil estruturas com dependentes e, como consequência, deve estar inserido ou tenta se inserir no mercado de trabalho pela necessidade de autossustentação. Isso indica também que este grupo, por pertencer à classe de baixa renda e com presença de filhos, depende muito do serviço público e das políticas públicas, levando-o a perceber por experiência própria os efeitos de certas políticas públicas ou estruturas políticas, e que esta experiência contradiz seus ideais.

Uma análise da relação entre tipo de pergunta e variáveis sociodemográficas indica novamente que o grupo de entrevistados da modalidade EJA e o dos entrevistados com filhos representam, com exceção da caracterização do partido DEM, os grupos com maiores quotas de *não resposta*.

Em contrapartida, é principalmente o grupo dos entrevistados com até 19 anos, estudantes da modalidade Ensino Médio, da faixa de renda familiar com mais de R\$1.000, sem filhos e com boas notas escolares que apresenta baixa quota de *não respostas*. Este grupo é caracterizado por pessoas que provavelmente ainda moram na casa dos pais e por isso não precisam sustentar uma família própria, vivem em situações socioeconômicas estáveis, dedicam-se exclusivamente ao estudo, e a nota escolar indica que têm certa capacidade evoluída de pensamento racional. Este grupo tem talvez, ainda, um idealismo e não um pensamento modificado pelo confronto com o sistema político real.

Um cruzamento entre tipo de pergunta e *não resposta* mostra que são principalmente os entrevistados na faixa de renda familiar maior ou igual a R\$ 2.000, pertencentes à classe média - considerada como alta no contexto de Belém (PA) - que apresentam a menor quota de *não respostas*.

A Ciência Política explica estas mudanças na avaliação de valores, sistemas políticos ou de suas representações dentro da teoria do materialismo e pós-materialismo. Segundo VanDeth e Scarbrough (1995, p.145), estas avaliações estão vinculadas às fases da vida, que são chamadas *life-cycle effects*. Para Jennings e Niemi (1968, p.172), o ciclo de vida é operativo na construção dos valores e, consequentemente, na construção do item *não resposta*. Haunberger (2006, p. 25) chama a resposta entre racional e afetiva de resposta intencional, definida por Graumann (2002, p. 109) como uma resposta tanto individual como coletiva.

O *homo sociológico*, com o avanço da idade, está mudando o estatuto social de solteiro para casado, de indivíduo sustentado pela família para a fase de autossustentação, deixando de ser filho para ter filhos e tem mais dúvida sobre a avaliação de certos objetivos políticos, pois encontra-se em situações multifacetadas, e cria outros objetivos políticos para sua adaptação e resolução.

Neste sentido, a justiça, como valor político universal, tende a ser menos influenciada pelas fases da vida; mas valores como a ambição, a igualdade e a solidariedade são interpretados mais individualmente em uma nova fase de vida, como com a inserção no mercado de trabalho, ou são avaliados de forma mais racional (SAYER, 2000, p. 86).

Esta mudança na avaliação dos valores é influenciada também pelo fator desemprego, que, como Clarke (2000, p. 483) salienta, coloca a pessoa em uma situação de risco. Supõe-se que nesta situação as *não respostas* são resultados de uma percepção idealista desses valores e de uma avaliação do risco relacionado a eles, no qual o entrevistado pode se colocar, por exemplo, quando vota em eleições para certo candidato ou partido, que defende estes valores e que pode causar uma mudança do governo e das políticas públicas, mas que o influenciam negativamente.

A comparação da renda com a quota de *não respostas* à pergunta sobre valores políticos mostra que quanto mais sucesso no mercado de trabalho, indicado pela renda familiar, mais certeza o entrevistado tem sobre a avaliação dos valores, pois a quota de *não resposta* diminui com o aumento da renda familiar. Principalmente valores sociopolíticos, como a disciplina e as ambições, não causam muitas *não respostas* no momento da avaliação por pessoas que são inseridas no mercado de trabalho porque estes sabem da sua importância na vida profissional, algo que os jovens entrevistados ainda não possuem e, consequentemente, estão em dúvida, promovendo uma maior quota de *não resposta* por aqueles não inseridos no mercado.

Discussão dos resultados

Os resultados levam a crer que o item *não resposta* em surveys sobre assuntos políticos não é produto de perguntas sensíveis, não é consequência de uma resposta socialmente desejada e nem é baseado na falta de lembrança sobre o assunto. Estratégias do entrevistado não influenciam as respostas, porque ele não pode melhorar ou piorar a sua situação pela entrevista.

Um problema do entrevistado é a comparação do autoconhecimento do sistema político, adquirido por percepção, com a temática decodificada da pergunta, porque os entrevistados não usam os conceitos políticos de maneira teórica. Um indicador do problema da decodificação da pergunta é o desvio-padrão que atinge grandes valores, especificamente quando se trata de perguntas abertas mensurando aspectos abstratos sobre democracia, política ou governo.

Percebe-se uma *cleavage-line* entre jovens e entrevistados mais velhos, de baixa renda e renda média alta e entrevistados com e sem filhos na construção da quota de *não respostas*. Outro aspecto que influencia é a capacidade de cada um em avaliar racionalmente, indicada pela baixa quota do item *não resposta* de alunos com melhores notas escolares.

A ideia de que o conceito de *não resposta* é explicado somente por meio da *rational choice theory* deve ser modificada para um conceito mais amplo, incluindo a estrutura sociodemográfica dos entrevistados, *social choice theory* e ambiente do ciclo de vida em que ocorre a resposta. A *não resposta* está influenciada pela mudança de um ciclo de vida para outro com suas consequências, como a procura por serviços e políticas públicas, o que influencia uma mudança de percepção sobre assuntos políticos, por meio da experiência com a democracia institucionalizada. A avaliação muda de afetiva para racional ou assume a forma combinada racional-afetiva, chamada intencional. Esta situação deixa o entrevistado em dúvida em relação aos valores e opiniões anteriormente estabelecidos, o que gera um maior número de *não respostas*.

Referências Bibliográficas

- ACOCK, A. C. "Working with missing values". *Journal of Marriage and Family*, v. 67, n. 4, p. 1012-1028, 2005.
- AJZEN, I. "The theory of planned behavior". *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.
- ALBUQUERQUE, A. de; DIAS, M. R. "Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil". *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 2, p. 309-326, 2002.
- BATINIC, B.; WERNER, A.; GRÄF, L.; BANDILLA, W. *Online research: Methoden, Anwendungen und Ergebnisse*. Göttingen: Hogrefe, 1999.
- BISHOP, G. F.; OLDENDICK, R. W.; TUCHFABER, A. J.; BENNETT, S. E. "Pseudo-opinions on public affairs". *Public Opinion Quarterly*, v. 44, n. 2, p. 198-209, 1980.
- BISHOP, G. F.; TUCHFABER, A. J.; OLDENDICK, R. W. "Options in fictitious issues: the pressure to answer survey questions". *Public Opinion Quarterly*, v. 50, n. 2, p. 240-250, 1986.
- BRUNER, J. S. *Psicología social y percepción*. In: TORREGOSA, J.; CRESPO, E. (Ed.). *Estudios básicos de psicología social*. Barcelona: Hora S.A., 1984.
- BURDEIN, I.; LODGE, M.; TABER, C. "Experiments on the automaticity of political beliefs and attitudes". *Political Psychology*, v. 27, n. 3, p. 359-371, 2006.
- CANNELL, C. F.; MILLER, P. V.; OKSENBERG, L. *Research on interviewing techniques*. In: LEINHARDT, S. (Ed.). *Sociological Methodology*. San Francisco: Jossey-Bass, 1981.
- CARMO, S. I. S. do. Importância e alcance da televisão nos processos eleitorais. In: XXI CONGRESSO DA ALAS - ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 1997, São Paulo. *Anais... CD-ROM*, São Paulo, 1998.
- CHRISTIAN, L. M.; DILLMAN, D. A. "The influence of symbolic and graphical language manipulations on answers of self-administered questionnaires: result from 14 experimental comparisions". *Public Opinion Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 57-80, 2004.
- CLARKE, H. D. "Refutations affirmed: conversations concerning the Euro-barometer values battery". *Political Research Quarterly*, v. 53, n. 3, p. 477-494, 2000.
- D'ALESSIO, G.; FAIELLA, I. *Non-response behaviour in the Bank of Italy's Survey of Household Income and Wealth*. Roma: Banca D'Italia, Temi di discussione, n. 462, 2002.
- DAHLBERG, I. "Teoria do conceito". *Ciência da informação*, v. 7, n. 2, p.101-107, 1978.
- DEMAIO, T. J. "Refusals: Who, where and why". *Public Opinion Quarterly*, v. 44, n. 2, p. 233-333, 1980.

HENKEL, K. Análise da não resposta em surveys políticos

- DEPNER, F. *Das Internet als Datenerhebungsquelle: der nonresponse-Fehler und Möglichkeiten seiner Reduktion*. Norderstedt: Grin, 2007.
- DIAS, M. O. "Reflexões sobre a ética no quotidiano da profissão". *Gestão e Desenvolvimento*, v. 12, p.81-103, 2004.
- DISLER, W. A. *Das Zürcher Modell der selbstpsychologischen Psychoanalyse*. Zürich, 2002.
- DONZÉ, L.; HOLLENSTEIN, H. *Aufbau, Weiterentwicklung und Pflege des KOF/ETHUnternehmenspanels*. Schwerpunktprogramm „Zukunft der Schweiz“ (Phase I), Schlussbericht zum Projekt Nr. 5004-47794. Zürich: ETZ, 2000.
- ESSER, H. "Über die Teilnahme an Befragungen". *ZUMA-Nachrichten*, v. 18, p. 38-47, 1986.
- FAULKENBERRY, G. D.; MASON, R. "Characteristics of non opinion and no opinion response groups". *Public Opinion Quarterly*, v. 42, n. 4, p.533-543, 1978.
- FAY, R. E. "Causal models for patterns of nonresponse". *Journal of the American Statistical Association*, v. 81, n.394, p.354-365, 1986.
- FÉDIDA, P. Amor e morte na transferência. In: FÉDIDA, P. (Ed.). *Clínica psicanalítica: estudos*. São Paulo: Escuta, 1988.
- FERBER, R. "Item nonresponse in a consumer survey". *Public Opinion Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 399-415, 1966.
- FRANCIS, J. D.; BUSCH, L. "What we know about 'I don't know'". *Public Opinion Quarterly*, v. 39, n. 2, p. 207-218, 1975.
- GASPARINI, L.; GLUZMANN, P. *Estimating income poverty and inequality from the Gallup World Poll. The case of Latin America and the Caribbean* - ECINEQ 2009-151. La Plata: Universidad de la Plata/CEDLAS, 2009.
- GENUCCHI, R. *Entwicklung und Evaluation eines kognitiven Tests als Teil der Eignungsabklärung zum Physiotherapiestudium*. Bern: Universität Bern, 2007.
- GILLJAM, M.; GRANBERG, D. "Should we take don't know for an answer?" *Public Opinion Quarterly*, v. 57, n.3, p.348-357, 1993.
- GOYDER, J. "Surveys on surveys: limitations and potentialities". *Public Opinion Quarterly*, v. 50, n.1, p.27-41, 1986.
- GRADOWSKA, A. *Dynamiken in der ästhetischen Präferenzbildung über die Zeit am Beispiel von Kleiderdesigns*. Wien, 2010.
- GRAUMANN, C. F. The phenomenological approach to people environment studies. In: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Eds.). *Handbook of environmental psychology*. New York: John Wiley and Sons, 2002.
- GRIFFITH, L. E.; COOK, D. J.; GUYATT, G. H.; CHARLES, C. A. "Comparison of open and closed questionnaire formats in obtaining demographic information from canadian general internists". *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 52, n.10, p.997-1005, 1999.
- GUIMOND, S. "Attitude change during college: normative or informational social influence?". *Social Psychology of Education*, v. 2, n. 3/4, p. 237-261, 1997.
- GUTIÉRREZ-FISAC, J. L.; REGIDOR, E.; RODRÍGUEZ, C. "Trends in obesity differences by educational level in Spain". *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 49, n. 3, p.351-354, 1996.
- HAUNBERGER, S. "Das standardisierte Interview als soziale Interaktion: Interviewereffekte in der Umfrageforschung". *ZA-Informationen*, v. 58, p. 23-46, 2006.
- HAWKINS, D. F. "Estimation of nonresponse bias". *Sociological Methods and Research*, v. 3, n. 4, p. 462-485, 1975.
- HENKEL, K.; ALMEIDA, J. (Orgs.). *Pesquisa quantitativa e de opinião pública sobre o ensino superior*. Belém (PA): EDUFPA, 2003.
- HENKEL, K.; JACINTO, J. da M. A.; ALMEIDA, J.; CORRADI, A. L. "As vantagens comparativas dos produtos agrícolas regionais versus importados no mercado de Belém, Pará". *Amazônia, Ciência e Desenvolvimento*, v. 3, n. 5, p. 225-254, 2007.
- HESS, R. D.; TORNEY, J. V.; TORNEY-PURTA, J. *The development of political attitudes in children*. Piscataway (NJ): Transaction Publishers, 2005.

- HERZOG, A. R.; BACHMANN, J. G. "Effects of questionnaire length on response quality". *Public Opinion Quarterly*, v. 45, n. 4, p. 549-559, 1981.
- HILMER, R.; HOFRICHTER, J. Wahltagsbefragungen in den neunziger Jahren. In: KLINGEMANN, H. D.; KAASE, M. (Eds.). *Wahlen und Wähler. Analysen aus Anlass der Bundestagswahl 1998*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2001.
- HUISMAN, M.; KUNST, A. E.; MACKENBACH, J. P. "Inequalities in the prevalence of smoking in the European Union: comparing education and income". *Preventive Medicine*, v. 40, n. 6, p.756-764, 2005.
- JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. "The transmission of political values from parent to child". *The American Political Science Review*, v. 62, n. 1, p.169-184, 1968.
- JOHANN, D. J. "Probleme der befragungsbasierten Messung von Faktenwissen". *Sozialwissenschaften und Berufspraxis (SuB)*, ano 31, n. 1, p.53-65, 2008.
- KING, G.; HONAKER, J.; JOSEPH, A.; SCHEVE, K. "Analyzing incomplete political science data: an alternative algorithm for multiple imputation". *American Political Science Review*, v. 95, n. 1, p.49-69, 2001.
- KUCINSKI, B. "Jornalismo, saúde e cidadania". *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 6, p.181-186, 2000.
- LEEUW, E. D. de; HOX, J.; HUISMAN, M. "Prevention and treatment of item nonresponse". *Journal of Official Statistics*, v.19, n. 2, p. 153-176, 2003.
- LIU, J. H.; IKEDA, K.; WILSON, M. S. "Interpersonal environment effects on political preferences. The "middle path" for conceptualizing social structure in New Zealand and Japan". *Political Behavior*, v. 20, n.3, p.183-212, 1998.
- LONGFORD, N. T. "Multiple imputation in an international database of social science surveys". *ZA-Information*, v. 46, p.72-95, 2000.
- MAASSEN, G. H. "An application of structural equation modeling in public opinion research: conceptualizing public and opinions". *International Journal of Public Opinion Research*, v. 9, n. 2, p. 146-169, 1997.
- MONDAK, J. J.; DAVIS, B. C. "Asked and answered: knowledge levels when we will not take 'don't know' for an answer". *Political Behavior*, v. 23, n. 3, p. 199-224, 2001.
- MUSICK, K.; ENGLAND, P.; EDGINGTON, S; KANGAS, N. "Education differences in intended and unintended fertility". *Social Forces*, v. 88, n. 2, p. 543-572, 2009.
- O'MUIRCHARTAIGH, C.; MOUSTAKI, I. "Symmetric pattern models: a latent variable approach to item non-response in attitude scales". *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (Statistics in Society)*, v. 162, n. 2, p. 177-194, 1999.
- PACHECO, R. S. Mudanças no perfil dos dirigentes públicos no Brasil e desenvolvimento de competências de direção. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa, Portugal. Anais... CD-ROM, Lisboa, Portugal, 2002.
- PARK, T.; BROWN, M. B. "Models for categorical data with nonignorable nonresponse". *Journal of the American Statistical Association*, v. 89, n. 425, p. 44-52, 1994.
- PLEIS, J. R.; DAHLHAMER J. M.; MEYER, P. S. Unfolding the answers? Income nonresponse and income brackets in the National Health Interview Survey. In: PROCEEDINGS OF THE 2006 JOINT STATISTICAL MEETINGS, 06.08.-10.08.2006, CD-ROM, Seattle, Washington, 2006.
- PORST, R. *Im Vorfeld der Befragung: Planung, Fragebogenentwicklung, Pretesting*. Mannheim, ZUMA-Arbeitsbericht 98/02, 1998.
- PORTER, S. R.; WHITCOMB, M. E. "Non-response in student surveys: the role of demographics, engagement and personality". *Research in Higher Education*, v. 46, n. 2, p. 127-152, 2005.
- PRÜFER, P.; REXROTH, M. *Verfahren zur Evaluation von Survey - Fragen: ein Überblick*. Mannheim, ZUMA-Arbeitsbericht n.96/05, 1996.
- RAAIJMAKERS, Q. A. W. "Effectiveness of different missing data treatments in surveys with Likert-type data: introducing the relative mean substitution approach". *Educational and Psychological Measurement*, v.59, n. 5, p. 725-748, 1999.

- RAGHUNATHAN, T. E. "What do we do with missing data? Some options for analysis of incomplete data". *Annual Review of Public Health*, v. 25, p. 99-117, 2004.
- REJA, U.; MANFREDA, L.; HLEBEC, V.; VEHOVAR, V. Open-ended vs. close-ended questions in web questionnaires. In: FERLIGOJ, A.; MRVAR, A. (Eds.). *Developments in applied statistics*. Ljubljana: FDV, 2003.
- RENNÓ, L. R.; LICIO, E. C.; CASTRO, H. C. de O. de. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, p. 31-54, 2009.
- RIBEIRO, E. A. "Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho". *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, p.74-96, 2007.
- RODRIGUES, N. M. C. "Amostragem matricial no questionário da amostra - cd 1.02 do Censo Demográfico de 1991". Rio de Janeiro. 300p. [Dissertação (mestrado)] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2003.
- RUBIN, D. B.; STERN, H. S.; VEHOVAR, V. "Handling 'Don't Know' survey responses: The case of the Slovenian plebiscite". *Journal of the American Statistical Association*, v. 90, n. 431, p. 822-828, 1995.
- SAYER, A. "Moral economy and political economy". *Studies in Political Economy*, v. 61, p.79-103, 2000.
- SCHAFER, J. L. *Analysis of incomplete multivariate data*. London: Chapman & Hall, 1997.
- SCHMUTZ, P. *Der foot-in-the-door Effekt. Ein Mittel zur Reduktion von Drop-Out in Online-Untersuchungen?* Basel, 2004.
- SCHRÄPLER, J.-P. "Explaining income nonresponse – A case study by means of the British Household Panel Study (BHPS)". *Quality & Quantity*, v. 40, n. 6, p.1013–1036, 2006.
- SCHUMAN, H.; PRESSER, S. *Questions and answers in attitude surveys*. New York: Academic Press, 1981.
- SELIGSON, M. A. "Apoio popular à integração econômica regional na América Latina". *Opinião Pública*, v.6, n. 2, p. 226-247, 2000.
- SHOEMAKER, P. J.; EICHHOLZ, M; SKEWES, E. A. "Item nonresponse: distinguishing between don't know e refuse". *International Journal of Public Opinion Research*, v.14, n.2, p.193-201, 2001.
- SICINSKI, A. "Don't know' answers in cross-national-surveys". *Public Opinion Quarterly*, v.34, n.1, p.126-129, 1970.
- SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.
- SLOVIC, P. "Trust, emotion, sex, politics, and science: surveying the risk-assessment battlefield". *Risk Analysis*, v. 19, n.4, p. 689-701, 1999.
- SMITH, T. W. "The hidden 25 percent: an analysis of nonresponse on the 1980 General Social Survey". *Public Opinion Quarterly*, v. 47, n. 3, p. 386-404, 1983.
- STOCKÉ, V. "Entstehungsbedingungen von Antwortverzerrungen durch soziale Erwünschtheit. Ein Vergleich der Prognosen der Rational-Choice Theorie und des Modells der Frame-Selektion". *Zeitschrift für Soziologie*, ano 33, n. 4, p.303-320, 2004.
- STOCKÉ, V; BECKER, B. "Determinanten und Konsequenzen der Umfrageeinstellung. Bewertungsdimensionen unterschiedlicher Umfragesponsoren und die Antwortbereitschaft der Befragten". *ZUMA-Nachrichten*, v. 54, p. 89-116, 2004.
- STOCKÉ, V; STARK, T. *Stichprobenverzerrung durch Item-Nonresponse in der international vergleichenden Politikwissenschaft*. Mannheim: Universität Mannheim, Sonderforschungsbereich 504, Working paper 05-43, 2005.
- STOOP, I. L. "Surveying Nonrespondents". *Field Methods*, v. 16, n. 1, p. 23-54, 2004.
- STRÖTGEN, R; MANDL, T.; SCHNEIDER, R. *Entwicklung und Evaluierung eines Question Answering Systems im Rahmen des Cross Language Evaluation Forum (CLEF)*. Hildesheim: Universität Hildesheim, 2006.
- TILLINGHAST, D. S. "Direct magnitude estimation scales in public opinion surveys". *Public Opinion Quarterly*, v. 44, n. 3, p. 377-384, 1980.

- TOMASKOVIC-DEVEY, D.; LEITER, J.; THOMPSON, S. "Item nonresponse in organizational surveys". *Sociological Methodology*, v. 25, p. 77-110, 1995.
- VANDETH, J. W.; SCARBROUGH, E. *The impact of values*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- VEIGA, L. F. "Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política". *Contracampo*, v. 7, n. 0, p. 183-208, 2002.
- WISEMAN, F. "Methodological bias in public opinion surveys". *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n.1, p.105-108, 1972.
- YU, J.; COOPER, H. "A quantitative review of research design effects on response rates to questionnaires source". *Journal of Marketing Research*, v. 20, n. 1, p. 36-44, 1983.
- ZALLER, J. "Information, values, and opinion". *The American Political Science Review*, v.85, n.4, p.1215-1237, 1991.
- ZOUWEN, J. v. d. "An assessment of the difficulty of questions used in the ISSP-questionnaires, the clarity of their wording, and the comparability of the responses". *ZA-Information*, v. 46, p. 96-114, 2000.
-

Karl Henkel - henkel00@yahoo.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2010.
Aprovado para publicação em março de 2011.